

Dilatação do prazo, condição para aceitar "spread" alto

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, pretende encerrar a renegociação da Fase III da dívida externa brasileira ainda nesta semana, introduzindo um novo ingrediente no acordo com o comitê de assessoramento: obter um contrato formal dos bancos credores internacionais que garanta a manutenção das linhas de crédito comercial e linhas interbancárias por um prazo de dois anos (1985 e 1986), no valor anual de aproximadamente US\$ 10 bilhões para os créditos comerciais e um mínimo de US\$ 6 bilhões de depósitos dos bancos estrangeiros nas agências de bancos brasileiros no exterior.

A orientação que Pastore recebeu dos ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda, antes de embarcar ontem para os Estados Unidos, foi de ceder no "spread" — taxa de risco cobrada acima da Libor (taxa interbancária de Londres) — apenas se os bancos privados estrangeiros concordarem em esticar o prazo de rolagem das amortizações de quinze anos para os dezesseis anos reivindicados pelo governo brasileiro. "Para nós, em função do perfil da dívida, interessa mais prazo, mesmo que o 'spread' seja maior", admitiu o ministro da Fazenda, recentemente,

a este jornal, mesmo considerando que uma diferença de 0,125% de taxa de risco que existe entre a proposta brasileira e a dos credores represente um gasto de mais US\$ 300 milhões na conta de juros do País, nos próximos sete anos.

Vingando o modelo da Fase III de renegociação, portanto, seriam rolados US\$ 45,3 bilhões do principal da dívida externa, a vencer de 1985 a 1991, por dezesseis anos (até o ano 2000) com um "spread" de 1,25% em média ou, se o prazo for reduzido para quinze anos, o "spread" cairia para 1,125% na média.

Enquanto Pastore e sua equipe finalizam o reescalonamento da dívida junto aos bancos privados, o ministro da Fazenda segue esta noite para Paris. Lá ele tentará obter para as dívidas de governo a governo o mesmo tratamento que está sendo traçado para os débitos junto a comunidade financeira internacional: uma renegociação plurianual — que envolve os juros e o principal da dívida totalizando um montante próximo a US\$ 9 bilhões — até 1990, por um prazo de dezesseis anos.

Galvêas sabe que esta também será uma tarefa difícil. O Clube de Paris não tem, historicamente, o hábito de armar um pacote de rolagem multianual. O único país que rompeu com esta tradição foi a Polônia,

que conseguiu obter uma negociação envolvendo os débitos de mais de três anos. E isto porque a Polônia teve um "tratamento especialíssimo", como observou uma fonte que participou das negociações anteriores com o Clube de Paris.

A fonte ponderou, porém, que tanto o México quanto a Argentina, após acertarem pacotes plurianuais com os bancos credores privados, também estão tentando aplicar o mesmo modelo no Clube de Paris, e o Brasil vai juntar-se a este coro.

O encontro de Galvêas com Michel Camdessus, presidente do Clube de Paris, porém, é que definirá o formato da renegociação com os governos envolvidos.

No dia 31 de janeiro o ministro irá à Suíça, para o simpósio anual de Davos. No dia 4 passará em Nova York, apenas para uma escala que o levará à reunião dos países devedores da América Latina, em São Domingos. Lá, o grupo de Cartagena — composto por ministros da Fazenda e chanceleres dos países endividados — permanecerá até o dia 8 de fevereiro e logo no dia seguinte Galvêas retornará a Nova York. Desta vez para manter contato com os representantes do comitê de assessoramento da dívida externa brasileira. Ainda está indefinida a data de retorno de Galvêas ao Brasil.